

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: UniFil Campus Ipolon \_ Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 \_ Londrina \_ PR**

**Data: 12 de julho de 2017**

**Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)**

1 Aos doze dias do mês de julho de dois mil e dezessete foi realizada reunião  
2 extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na UniFil Campus Ipolon, sito a  
3 Rua Alagoas, 2015 – Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados  
4 em lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda  
5 chamada, às treze horas e cinquenta e sete minutos e é presidida pela primeira secretária  
6 Marina Bertoncini de Andrade visto a ausência justificada da presidente Valmirete Alves.  
7 Antes da leitura e aprovação da pauta, Marina faz a proposição de realização de reunião  
8 extraordinária para o dia dezoito de julho do corrente ano as oito horas nas dependências  
9 da UNIFIL. Gisele Tavares pontua a necessidade de fazer um balanço do conselho nesta  
10 gestão para apresentar na conferência municipal. Marina informa que na data proposta a  
11 presidente Valmirete Alves poderá estar presente. Questionado se a reunião ordinária do dia  
12 vinte e seis de julho seria mantida. Colocado que há vários assuntos acumulados. Deliberado  
13 pela realização da reunião extraordinária e manutenção de reunião ordinária no dia vinte e  
14 seis. Em seguida é feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação: **1. Apresentação e**  
15 **aprovação da pauta; 2. Aprovação de Ata: 24/05; 3. Apresentação de duas Emendas**  
16 **Voluntárias para o MDS, duas propostas para a proteção social básica, sendo uma para**  
17 **equipamentos de CRAS e outra para equipagem da Rede de Serviços Socioassistencial**  
18 **da básica - SCFV; 4. Relato de Comissões / Comissão de Fundo; 5. XII Conferência**  
19 **Municipal de Assistência Social; 6. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade**  
20 **Civil; 7. Operação Noite Fria; 17h30: encerramento.** Marina Andrade propõe que, na leitura  
21 da ata da reunião do dia vinte e quatro de maio, não seja lida a carta da conselheira Sandra  
22 Nishimura que foi transcrita na íntegra, uma vez que a conselheira já havia lido a carta na  
23 referida reunião. Sugestão aceita pelo conselho. Marina esclarece ainda que, no ponto 5. Da  
24 pauta será lido o regimento que deverá estar pronto quando abrirem as inscrições no dia  
25 quinze do corrente mês. Avaliado que será lido os pontos que houveram dúvidas se houver  
26 tempo. Gisele Tavares questiona que o orçamento foi pautado na reunião na Guarda Mirim e  
27 foi solicitada análise da comissão de fundo e pautado novamente neste conselho, contudo,  
28 não consta na pauta este ponto. Pergunta se será utilizado o ponto de pauta da comissão de  
29 fundo. Conselheira Amanda Boza informa que o regimento poderá ser pauta na reunião  
30 extraordinária do dia dezoito de julho. Com esta informação, foi alterado o tempo de relato  
31 da comissão de fundo para incluir o orçamento. Realizada a leitura da ata da reunião do dia  
32 vinte e quatro de maio de dois mil e dezessete pela conselheira Amanda Boza. Após  
33 discussões e sugestões de alterações a pauta foi aprovada. Conselheiro Carlos Silva coloca  
34 que nas pré conferências no território da região norte A não foi pautado a sugestão de Gisele  
35 Tavares sobre discutir a atual situação da política de assistência social em Londrina.  
36 Conselheira Márcia Paiva esclarece que foi uma sugestão mas que em cada território foi  
37 conduzido de uma forma diferente. Marina Andrade pontua que pode não ter sido abordado  
38 de forma direta, mas foram discutidas as desproteções, falta de recursos humanos e outros

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

39 pontos. A palavra é passada para a conselheira Adriana Santos que faz a apresentação do  
40 ponto **3. Apresentação de duas Emendas Voluntárias para o MDS, duas propostas para**  
41 **a proteção social básica, sendo uma para equipamentos de CRAS e outra para**  
42 **equipagem da Rede de Serviços Socioassistencial da básica - SCFV;** Márcia Paiva  
43 questiona o que são Emendas Voluntárias. Adriana Santos explica que são destinação de  
44 recursos que serão atendidas apenas se os recursos destinados as emendas parlamentares  
45 não forem gastas pelos deputados. Márcia questiona se são apenas do MDSA ou outros  
46 ministérios. Adriana diz ter conhecimento apenas do MDSA. É informado que o valor  
47 destinado para o CRAS é de cem mil reais e do serviço de convivência e fortalecimento de  
48 vínculos é no valor de cento e cinquenta mil reais, necessitando de mil reais de contrapartida  
49 para o valor do CRAS e quinhentos reais para o valor do SCFV. Adriana informa que foram  
50 colocados todos os CRAS e que, se o recurso for disponibilizado, serão definidos em que  
51 será utilizado. Questionada sobre o pagamento de pessoal, esclarece que o recurso não  
52 permite pagamento com este gasto. Carlos Silva questiona se o dinheiro já está em conta.  
53 Explicado que não, que o recurso só será depositado na conta se houver sobre dos recursos  
54 de emendas parlamentares no final do ano. Esclarecido ainda que esta etapa é apenas um  
55 aceite, não necessitando de detalhamentos. Gisele Tavares pontua que está sendo priorizado  
56 o que é de repasse continuado, como o cofinanciamento, que este recurso é pontual. Marcia  
57 Paiva fala que nem se preocupa com aumento de recurso, mas com regularidade de seus  
58 repasses. Adriana Santos retoma que só serão definidas as necessidades caso o dinheiro  
59 seja repassado ao município. Aurélio Caetano passa a apresentação do ponto **7. Operação**  
60 **Noite Fria;** informando que, as trinta e duas metas disponibilizadas na modalidade  
61 acolhimento não foram suficientes para atender a demanda, assim, apresenta ao conselho a  
62 proposta da entidade Casa do Caminho, com aumento de trinta metas e que irá atender no  
63 Centro de Assistência na avenida JK, proposta que foi aceita. Conselheira Josiani Nogueira,  
64 diretora da proteção social especial, fala sobre a denúncia no CMAS quanto a falta de vagas  
65 e restrições impostas pela entidade Bom Samaritano no atendimento da operação. Márcia  
66 Paiva pontua que tem relato a fazer sobre o assunto e Selma Souto refere que veio resposta  
67 do ofício enviado por este conselho. Josiani Nogueira complementa o relato da conselheira  
68 Márcia Paiva, referindo que tem proposta de escrever as diretrizes da operação noite fria e a  
69 resposta enviada para o CMAS sobre a redução de metas da Casa de Maria que não impacta  
70 no número de atendimentos. Quanto ao recurso, este será proposto ser destinado para o  
71 programa família acolhedora. Gisele Tavares refere que, devido as mudanças com a Lei do  
72 Marco Regulatório, no próximo ano a determinação de Plano de Trabalho será do Poder  
73 Público, assim, é importante ter as diretrizes estabelecidas para compor o plano de trabalho.  
74 Após as contribuições, é colocada a proposta para apreciação e aprovação dos conselheiros  
75 presentes para regularizar a prestação do serviço que já está sendo executado pela entidade.  
76 Marina Andrade solicita a palavra para que seja feito o relato sobre a equipe ampliada de  
77 abordagem. Márcia Paiva sugere que seja encaminhada a aprovação da proposta trazida por  
78 Aurélio Caetano. A proposta é aprovada pelo conselho no valor de oitenta e quatro mil,  
79 trezentos e oitenta e cinco reais. Maria Lucimar, servidora pública presente nesta reunião se  
80 apresenta como referencia junto a equipe de abordagem social que está atendendo em

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

81 horário estendido até a uma hora da manhã. Refere que o número de pessoas em situação  
82 de rua é expressivo neste horário. Fala sobre a pesquisa feita em dois mil e sete, censo da  
83 população de rua, e que estes dados já não correspondem a realidade. Relata que a equipe  
84 foi bem acolhida pelos usuários e que estes se surpreenderam com o serviço funcionando  
85 neste horário. Refere sobre a oferta de alimentação pela rede filantrópica e a necessidade de  
86 reforçar a luta pela efetivação da política nacional para pessoas em situação de rua para  
87 ofertar outras possibilidades que não apenas o acolhimento institucional. Faz uma crítica  
88 quanto a receptividade desses usuários nos serviços. Refere que chegam a “cheirar” os  
89 usuários para verificar se houve ingestão de bebida alcoólica. Sinaliza a boa acolhida da  
90 equipe da entidade Casa do Caminho que já tem um vínculo com essa população devido a  
91 distribuição de sopas. Quanto as restrições, refere que na maior parte não há conhecimento  
92 por parte da equipe dos motivos que levaram a essa medida. Faz relatos de situações e  
93 atendimentos despendidos aos usuários. Refere que eles relatam não estar havendo  
94 atendimento com a equipe social no abrigo. Conselheira Sandra Nishimura questiona sobre o  
95 horário de atendimento da equipe de abordagem e é informado que de segunda a sexta é até  
96 a uma hora da manhã e sábado até as 22:30 e domingo até as 18:00h. Maria Lucimar  
97 informa que não há referencia técnica em todos os horários de atividade da abordagem social  
98 e que isso prejudica o trabalho. Sandra Nishimura questiona sobre a extensão do horário sem  
99 aumento da equipe. Marina explica que quanto às referências, nunca houve no período da  
100 noite fria, pois sempre trabalharam com sobreaviso. Foi um diferencial ter referência Técnica  
101 nessa equipe. Maria Lucimar fala sobre a necessidade de trabalhar a abordagem para além  
102 da oferta de acolhimento. Márcia Paiva fala sobre, antes de ampliar o trabalho, qualifica-lo  
103 com essa experiência relatada. Marina Andrade refere que a avaliação tem sido feita de  
104 quinze em quinze dias. Márcia Paiva fala sobre recurso de cofinanciamento pelo Estado do  
105 Paraná para o Centro Pop e questiona sobre a utilização do recurso para fazer um  
106 mapeamento e diagnóstico do perfil da população de rua e a rede de atendimento. Gisele  
107 Tavares refere que, justificando a necessidade da ação, é possível fazer. Luana Campos  
108 pontua que tem se falado muito sobre a mudança do perfil desta população e a dificuldade  
109 que isso implica no atendimento, entretanto, não há um estudo ou documento dizendo quais  
110 mudanças e qual o atual perfil para o aprimoramento dos serviços e atendimentos. Josiani  
111 Nogueira reforça sobre a dificuldade com a falta de RH e que, convocando os aprovados no  
112 concurso se possa estabelecer esta equipe. Carlos Silva questiona sobre o acompanhamento  
113 do Centro Pop e Marina Andrade explica como isso tem sido feito. Aurélio Caetano retoma a  
114 fala e dá prosseguimento referindo sobre a entidade AME que, devido as situações  
115 vivenciadas no território do bairro novo amparo, pediu redução de metas. Explica que a  
116 entidade refere que as crianças e adolescentes dos bairros vizinhos não querem frequentar a  
117 entidade por causa das situações ocorridas no bairro. A entidade solicita a redução de cento  
118 e setenta para oitenta metas. Conselheira Rosana de Almeida relata a dificuldade colocada  
119 pela entidade AME em atender as crianças de fora do bairro. Relata que antes as crianças  
120 permaneciam no projeto até o horário de ir para a escola e que isso não ocorre mais, assim,  
121 as mães de crianças de outros bairros precisam se deslocar várias vezes para levar as  
122 crianças ao projeto e a escola e que isso dificultou o acesso. Refere que as crianças

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

123 envolvidas com o tráfico não frequentam o projeto e relata o pedido da instituição de  
124 pagamento de mensalidade ou trabalho voluntário dos pais para continuar atendendo as  
125 crianças. Maria Lucimar questiona qual o impacto da redução de metas e a questão do  
126 horário. Márcia Paiva pontua que a comissão de fundo identificou que a entidade não cumpre  
127 as metas, e que, enquanto conselheira, considera a fala de Rosana como denúncia e, nesta  
128 perspectiva, cabe acompanhamento pela comissão. Aurélio Caetano pontua que a entidade  
129 tem apresentado dificuldades no trato com o poder público. Gisele Tavares refere sobre as  
130 especificidades dos territórios e a sensibilização de outras entidades para atender este  
131 serviço e público. Refere que a SMAS já havia recebido a denuncia de pedido de pagamento  
132 e solicitou esclarecimentos que foi respondido pela entidade. Que foi decidido pela gestão  
133 tomar esta providência antes de trazer a denúncia ao conselho. Adriana Santos propõe que a  
134 comissão de acompanhamento faça visita para averiguação e acompanhamento,  
135 independente das ações da SMAS para ter os dois olhares, da gestão e do conselho. Sandra  
136 Nishimura pontua a importância de pautar no CMAS os parâmetros da Política de Assistência  
137 Social. Fala sobre a especificidades territoriais para atendimento na perspectiva da proteção  
138 social. Rosana de Almeida questiona a redução das metas uma vez que, a entidade não  
139 atende nem trinta por cento do público que precisa do atendimento. Colocada a necessidade  
140 deste conselho deliberar sobre o pedido da Entidade e enviar ofício a SMAS para que esta se  
141 posicione quanto ao impacto da redução das metas e quais providencias serão tomadas.  
142 Márcia Paiva fala também sobre a necessidade deste conselho deliberar sobre o uso do  
143 recurso da redução das metas ser utilizado no próprio território. Marina Andrade solicita ao  
144 conselho aprovação de errata da Resolução 01/2017 que se refere a superávit, pois a mesma  
145 estava apenas para manutenção quando também deveria constar compra de materiais e  
146 equipamentos. Deliberado por uma nova resolução complementando a resolução 01/2017 para  
147 utilização para compra de equipamentos. Aurélio Caetano retoma a fala informando sobre a  
148 redução de metas da Casa de Maria para apenas dez metas. Questionado pela conselheira  
149 Márcia Paiva, Aurélio explica sobre o pagamento reduzido quando do não atendimento das  
150 metas pela entidade. Silvana Palácio fala que foi pensado o fechamento das dez metas até o  
151 final do ano, mas a entidade voltou a trás. Márcia Paiva pontua o pedido da juíza do  
152 afastamento dos membros da diretoria. Deliberado pelo envio de ofício a SMAS solicitando  
153 informações sobre o impacto da redução das metas. Marina Andrade explica que já foi  
154 questionado e foi respondido pela diretoria que há vagas sobrando de acolhimento  
155 institucional, que a dificuldade está atualmente em trabalhar o público adolescente envolvido  
156 com ato infracional e consumo de substancia psicoativa. Márcia Paiva pontua a dificuldade de  
157 restrições dos adolescentes. Aurélio Caetano fala sobre a redução de metas na entidade Boa  
158 Esperança e a proposta de retomar vinte metas no território do jardim Franciscato e a  
159 utilização do recurso da redução de metas da entidade AME. Refere que a entidade  
160 constatou a necessidade de atender o público no território. Marcia Paiva questiona sobre os  
161 pedidos de aumento de metas por outras entidades. Aurélio Caetano diz que a análise foi de  
162 não fechar o atendimento no território. Ivana Rodolpho questiona se houve cancelamento da  
163 inscrição da entidade no conselho, uma vez que havia pedido de entrega de todas as metas  
164 no final do ano de dois mil e dezesseis, deixando a entidade de atender o público da



**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

165 assistência no ano de dois mil e dezessete. Selma informa que não houve cancelamento, que  
166 a entidade entregou os documentos solicitados para renovação. Gisele Tavares resgata a  
167 resolução sobre o prazo de seis meses que a entidade pode ficar sem ter o registro  
168 cancelado e que esta é a primeira reunião após o vencimento do prazo. Márcia Paiva resgata  
169 os prazos de comunicação de finalização das metas, de inscrição e retomada de atividades e  
170 a necessidade de discutir esses prazos no CMAS. Adriana Santos propõe parecer da  
171 Gerencia de Crianças e Adolescentes sobre a demanda. Josiani Nogueira questiona as vagas  
172 da entidade Pestalozzi que atende o território e Aurélio Caetano informa serem públicos  
173 separados. Informa ainda que a gerencia de crianças e adolescentes não fez diagnóstico,  
174 mas a do convênio e monitoramento sim. Márcia Paiva fala da diferença de estrutura e  
175 atendimento do SCFV e da educação infantil visto o recurso recebido por cada serviço.  
176 Gisele pondera que o CMAS precisa deliberar se mantém a parceria com instituições que  
177 deixariam o Conselho de assistência e agora querem retomar. Marcia Valim sugere que  
178 retomada das discussões das metas do SCFV baseado nos diagnósticos de demanda. Selma  
179 questionou se o CMAS irá manter o registro da entidade, Sandra Nishimura reafirmou que se  
180 entregou no tempo correto esse conselho deve aprovar o registro. CMAS aprovou o registro.  
181 Aurélio inicia a pauta do Marco regulatório, esclareceu que ele já fez apresentação sobre isso  
182 no CMAS e fez o conselho ficar com dúvidas e que essas foram enviadas a ele para que  
183 pudessem ser respondidas. Ainda relata que algumas não poderiam ser respondidas de  
184 imediato, pois aguarda resposta da procuradoria. Quanto ao convênio CUPOM esclarece  
185 que não pode ser objeto do serviço, assim existe uma diretriz da SMAS em executar  
186 diretamente esse trabalho e o CAD único. Márcia questiona como ficará os CRAS que ainda  
187 não foram municipalizados. Selma lê ofício em resposta da secretaria a qual informa que  
188 ainda estão em discussão no poder executivo. Marcia questiona que o CMAS deve ter como  
189 resposta o que respalda as deliberações sobre esse assunto. Neusa coloca que quando essa  
190 gestão iniciou, veio recebendo informações sobre o contexto da Secretaria de Assistência  
191 Social e mediante o conhecimento sobre as providências necessárias a serem tomadas com  
192 relação ao Plano de Providências que findou em dezembro de 2016, está analisando todas  
193 as possibilidades para resolvê-las. Neusa ressalta que está em estudo, mas gestão ainda não  
194 tem resposta para o momento. A falta de repasse federal foi a causa da demora pela  
195 municipalização. Aurélio coloca que chamamento será em agosto e que só há recurso para  
196 10 meses. Gisele retoma que orçamento apresentado na PML é com o que precisa para 12  
197 meses e está em análise. Gisele coloca a preocupação que os repasses federais não  
198 ocorrem de forma contínua e regular. Marcia coloca que não concorda com não prever os  
199 recursos federais. Isso impactaria na qualidade de atendimento e continuidade dos serviços  
200 até dezembro de 2018. Gisele coloca a possibilidade de o CMAS deliberar sobre resolução  
201 para garantir o repasse assim que o governo repassar os recursos. Todos concordaram que  
202 na próxima reunião seja apresentado o chamamento para 10 meses, bem como a resolução  
203 com a deliberação sobre recursos externos federais. Neusa coloca que a legislação que  
204 regulamenta o processo de chamamento, é de julho de 2014 e somente agora está sendo  
205 analisado para que possamos verificar os procedimentos necessários a serem adotados e se  
206 há a necessidade de efetuar alterações na lei municipal. Do município tendo orçamento

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

207 previsto possa por como recurso previsto no convênio, mas por como recurso federal, sem  
208 um recurso que não tem certeza de vir. Aurélio relata que já tem sido questionado sobre a  
209 irregularidade dos repasses. Márcia coloca que entende a posição da SMAS e chamamento  
210 cumpre a legalidade fazendo para 10 meses, mas isso não deixa de preocupar as entidades  
211 quanto aos dois meses sem previsão de orçamento. Assim ficou definido que a comissão de  
212 fundo faça os estudos e tragam para a próxima reunião junto a apresentação do chamamento  
213 a resolução que garanta que quando chegarem os recursos, mesmo que por superávit, seja  
214 garantido que seja revertido as entidades que executaram o serviço em 2018. Registre-se  
215 que a lista de presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 18h00,  
216 sendo o que havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho  
217 redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e  
218 aprovação.